



XXI ENANCIB

Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação

50 anos de Ciência da Informação no Brasil:
diversidade, saberes e transformação social

Rio de Janeiro • 25 a 29 de outubro de 2021

XXI Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação – XXI ENANCIB

GT-6 – Informação, Educação e Trabalho

PERFIL DO PROFISSIONAL DA INFORMAÇÃO NOS ARQUIVOS PÚBLICOS DO RIO GRANDE DO SUL E DE SANTA CATARINA

PROFILE OF THE INFORMATION PROFESSIONAL IN THE PUBLIC ARCHIVES OF RIO GRANDE DO SUL AND SANTA CATARINA

Rafael Oda – Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)

Miriam Vieira da Cunha – Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)

Modalidade: Trabalho Completo

Resumo: A sociedade da informação tem promovido uma reorganização no sistema das profissões, levando ao desenvolvimento de novos perfis profissionais. Este trabalho é parte de uma dissertação cujo objetivo foi identificar o perfil dos profissionais que atuam em Arquivos Públicos nos Estados do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina. Metodologicamente, a pesquisa é de natureza aplicada; quanto aos seus objetivos, é descritivo-explicativa; de abordagem mista através de um estudo de caso com aplicação de um questionário. Por meio do instrumento de pesquisa foi possível identificar: o gênero, a faixa etária, a área de formação, o cargo, o nível de escolaridade e a capacitação dos profissionais que responderam ao questionário enviado. Os resultados permitem concluir que os Arquivos Públicos devem reafirmar seu papel na sociedade e atuar na preservação do patrimônio documental e no combate a desinformação. É responsabilidade das organizações públicas assegurar a estruturação dessas unidades de informação, contratar profissionais e fomentar a capacitação do seu quadro funcional.

Palavras-Chave: mercado de trabalho; perfil profissional; arquivos públicos.

Abstract: The information society has promoted a reorganization in the system of professions, leading to the development of new professional profiles. This work is part of a master's research whose objective was to identify the profile of professionals working in Public Archives in the States of Rio Grande do Sul and Santa Catarina, Brazil. Methodologically, the research is of an applied nature; as to its objectives, it is descriptive-explanatory; with a qualitative-quantitative approach through a case study and the application of a survey. Through the research instrument, it was possible to identify: gender, age group, education area, position, education level and qualification of the professionals who answered the questionnaire. The results allow us to conclude that the Public Archives must reaffirm their role in society and act in the preservation of the documentary heritage and against misinformation. The public organizations must ensure the organization of these information units, hire professionals and train their staff.

Keywords: labour market; professional profile; public archives.

1 INTRODUÇÃO

Ao longo da história, os Arquivos passaram por muitas mudanças. Essas transformações não se restringiram apenas a sua estruturação enquanto unidades de informação, mas também à mudança dos profissionais que atuam nesses espaços. Em um mundo permeado pelas trocas rápidas e constantes de informação, o trabalho dos arquivistas tornou-se mais diversificado. Frente à complexidade dessa conjuntura, não basta educar os indivíduos para utilizar as informações à sua disposição. É preciso desenvolver senso crítico para produzir, processar e utilizar a informação, além de combater a desinformação.

Este cenário demanda profissionais capacitados para atuar no mundo contemporâneo, considerando-se a função estratégica da informação nas organizações. No setor público a situação é mais complexa. Os profissionais que atuam em Arquivos Públicos são responsáveis por preservar a memória individual e coletiva, auxiliar a Administração Pública e assegurar o cumprimento de leis e da Constituição Federal. Como a produção acadêmica acerca de mercado laboral para arquivistas é escassa, emergiu o seguinte problema de pesquisa: qual o perfil dos profissionais que atuam em Arquivos Públicos dos Estados do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina?

Na pesquisa que deu origem a este trabalho, buscamos diagnosticar o perfil dos profissionais que atuam nos Estados citados – o recorte escolhido dentro do universo brasileiro deu-se devido à proximidade geográfica e de atuação dos pesquisadores nos Estados da Região Sul. Esses profissionais são fundamentais para a preservação e acesso dos documentos relativos à memória de nosso país e à garantia dos direitos da população. Em um momento histórico marcado pela pouca visibilidade dessas informações, é fundamental assegurar a integridade dessas instituições na busca por uma sociedade mais justa.

Além disso, é importante lembrar a Medida Provisória (MP) nº 905 de 2019 que buscou alterar, sem sucesso, a legislação relativa à profissão de arquivista (BRASIL, 2019). Nesse sentido, é necessário fortalecer essa profissão. Nosso estudo pretende contribuir para esse fortalecimento.

2 PERFIL PROFISSIONAL E ATUAÇÃO

As mudanças sociais, econômicas, políticas e culturais influenciam as profissões. Ao longo da história os profissionais que atuam em Arquivos tiveram seus perfis modificados de acordo com as características de sua época (GAGNON-ARGUIN, 1998).

As transformações decorrentes da valorização da informação e das tecnologias modificaram o sistema das profissões. Na realidade, a sociedade da informação ocasionou um processo de reorganização profissional.

Segundo Santos e Carvalho (2009, p. 45) “a sociedade da informação pode ser vista como uma organização geopolítica dada a partir da terceira revolução industrial, com impacto direto no uso da informação e das tecnologias da informação e comunicação (TICs)”. Nesse contexto, a informação tornou-se elemento essencial na sociedade, as organizações passaram a depender de sua capacidade de geração, processamento e utilização informacional para inovar processos e aumentar a produtividade (CASTELLS, 2011).

As mudanças informacionais levaram a uma nova organização do tempo e do espaço e à mudança de hábitos profissionais. Nesse contexto, os indivíduos precisam estar capacitados em vários campos de atuação. A partir desse modelo, novos perfis profissionais surgem para atender demandas sociais de informação num mercado de trabalho cada vez mais competitivo.

O arquivista é responsável por desenvolver instrumentos de gestão documental e estabelecer critérios para o tratamento da informação. No Brasil, o reconhecimento da profissão ocorreu através da Lei nº 6.546, de 4 de julho de 1978, regulamentada pelo Decreto nº 82.590, de 6 de novembro de 1978. De acordo com essa legislação esse profissional tem como atribuições:

I - planejamento, organização e direção de serviços de Arquivo; II - planejamento, orientação e acompanhamento do processo documental e informativo; III - planejamento, orientação e direção das atividades de identificação das espécies documentais e participação no planejamento de novos documentos e controle de multicópias; IV - planejamento, organização e direção de serviços ou centro de documentação e informação constituídos de acervos arquivísticos e mistos; V - planejamento, organização e direção de serviços de microfilmagem aplicada aos arquivos; VI - orientação do planejamento da automação aplicada aos arquivos; VII - orientação quanto à classificação, arranjo e descrição de documentos; VIII - orientação da avaliação e seleção de documentos, para fins de preservação; IX - promoção de medidas necessárias à conservação de documentos; X - elaboração de pareceres e trabalhos de complexidade sobre assuntos arquivísticos; XI - assessoramento aos trabalhos de pesquisa científica ou técnico-administrativa; XII - desenvolvimento de estudos sobre documentos culturalmente importantes (BRASIL, 1978, p.1).

Os fazeres dessa área estão se modificando. Em um mundo marcado pelo desenvolvimento das tecnologias, essa construção depende, sobretudo, do desenvolvimento de competências profissionais compatíveis com a realidade.

O mercado de trabalho é ocupado por indivíduos cada vez mais qualificados, levando os profissionais da informação a repensar seu lugar nas organizações. Os limites dessa área são difíceis de identificar, tendo em vista o aumento da complexidade das atividades informacionais. Além disso, a entrada de profissionais de outras áreas do conhecimento na área da informação dificulta a definição de seu campo de competência (CUNHA, 2009b).

Segundo Cunha (2009a, p.103):

Os profissionais da informação [...] necessitam saber transitar neste novo cenário, aceitar as mudanças impostas pelo desenvolvimento tecnológico e ocupar um papel destacado por sua experiência acumulada no uso e no trato com informação. Esses profissionais têm a obrigação e a necessidade de preparar-se para esta realidade. Devem entender as novas necessidades que surgem e as novas formas de responder a estas necessidades, desenvolvendo novas competências.

O desenvolvimento de novas competências e de novos perfis de atuação, respondem a situações específicas do cotidiano arquivístico. Guzmán, Águila e Oliveira (2017, p. 202-203, tradução nossa) defendem que:

As vertiginosas mudanças econômicas, políticas, sociais, intelectuais, científicas e tecnológicas que se evidenciam na atualidade exigem que os indivíduos competentes e preparados enfrentem os desafios de estarem imersos na sociedade da informação e do conhecimento. Diversos teóricos a definem como uma grande revolução científica e de avanços tecnológicos que pressupõem mudanças nas pessoas. As transformações exigem: indivíduos reflexivos que compreendam as informações, avaliem e atuem sobre elas; mas também indivíduos que gerem muitas ideias variadas e originais [que] criam um ambiente social caracterizado pelo bem-estar, pela justiça e pela equidade: uma meta atraente e ambiciosa que os estudantes em formação devem levar em consideração.

A atualização constante exigida desses profissionais vem diversificando sua atuação. Com relação aos profissionais que atuam em Arquivos Públicos, é preciso levar em consideração que um Arquivo Público é uma

importante fonte de informação, é peça-chave para a melhoria da boa governança do Estado e para o atendimento das demandas relacionadas à cidadania [...] bem como informações sobre saúde, educação, meio ambiente, raízes históricas do município, festas e costumes regionais (CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS, 2020. p.1).

Esses profissionais são responsáveis pelo tratamento dos documentos produzidos e recebidos por essas unidades de informação. Contribuem para o desenvolvimento dos direitos da população, para a preservação da memória individual e coletiva e para o planejamento e transparência da Administração Pública. Nesse momento, as informações públicas são essenciais no combate às informações falsas e à corrupção (CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS, 2014).

A necessidade de desenvolver novos perfis leva os cursos universitários a modificar seus currículos e os profissionais da informação buscar atualização de acordo com a realidade. Entre as pesquisas que abordam esse contexto podemos citar Souza (2011), Oliveira (2014), Lima e Pedrazzi (2015), Almeida e Duarte (2017), Alves e Crivellari (2017) e Melo, Oliveira e Bueno (2020). Nessa perspectiva, essa pesquisa buscou diagnosticar o perfil dos profissionais que atuam em Arquivos Públicos dos Estados do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina.

3 MÉTODO

A presente pesquisa é de natureza **aplicada**, pois busca fazer uso de conhecimentos estruturados com o objetivo de diagnosticar e solucionar problemas organizacionais e humanos. Esse tipo de pesquisa “é dirigida para a solução de problemas específicos em áreas delineadas e da qual se espera melhoria ou progresso de processo ou atividade, ou alcance de metas práticas” (KERLINGER, 2013, p. 321).

Segundo os seus objetivos é considerada **descritivo-explicativa**, procurando observar, registrar, descrever e explicar o objeto de estudo e suas características. De acordo com Prodanov e Freitas (2013, p. 52), esse tipo de pesquisa:

[...] procura descobrir a frequência com que um fato ocorre, sua natureza, suas características, causas, relações com outros fatos. Assim, para coletar tais dados, utiliza-se de técnicas específicas, dentre as quais se destacam a entrevista, o formulário, o questionário, o teste e a observação.

Além disso, através da pesquisa explicativa, buscou-se identificar fatores que favoreçam a ocorrência de determinados elementos ou fenômenos, através do registro, análise, classificação e interpretação dos dados obtidos. Assim, essa pesquisa teve como foco descrever o perfil dos profissionais que atuam em Arquivos Públicos do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina. Os dados foram coletados por meio de um **questionário**. De acordo com seus procedimentos, a pesquisa é considerada como **estudo de caso**.

Em relação a sua abordagem, é **quali-quantitativa** (ou mista). Esse tipo de investigação dá subsídios para a exploração de uma situação envolvendo o grupo pesquisado e as relações estabelecidas pelos profissionais nesses ambientes. A pesquisa quantitativa possibilita a quantificação e tratamento dos dados coletados através do instrumento de pesquisa. (ALMEIDA, 2018).

Inicialmente foi considerada a Região Sul em sua totalidade como universo de pesquisa. Entretanto, não foi possível obter informações relativas aos Arquivos Públicos do Estado do Paraná. Por essa razão, esse Estado não fez parte da pesquisa.

Em um primeiro momento foram identificados os Arquivos Públicos desses Estados e seus *e-mails* e telefones. Foram coletadas informações do Cadastro Nacional de Entidades Custodiadoras de Acervos Arquivísticos (CODEARQ) elaborado pelo Conselho Nacional de Arquivos (CONARQ) e dos Arquivos Públicos Estaduais. Posteriormente foi elaborado o questionário.

Um pré-teste foi realizado em setembro de 2020, com pós-graduandos do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal de Santa Catarina que haviam atuado em unidades de informação, visando identificar problemas ou inconsistências do questionário.

A pesquisa foi pensada para ser realizada de forma presencial. Contudo, em decorrência da pandemia de COVID-19, foi adaptada para ser aplicada a distância respeitando os protocolos estabelecidos pela Organização Mundial da Saúde (OMS).

O questionário foi aplicado entre outubro e dezembro de 2020. Foram enviados questionários para 57 Arquivos Públicos e recebidas 39 respostas de 35 Arquivos, apresentados no quadro a seguir.

Quadro 1 – Arquivos Públicos que responderam à pesquisa.

Nº	Estado	Município	Nome da Instituição
1	RS	Alegrete	Arquivo Histórico Municipal de Alegrete Miguel Jacques Trindade
2	RS	Bagé	Arquivo Público Municipal de Bagé
3	SC	Balneário Camboriú	Arquivo Histórico de Balneário Camboriú
4	RS	Cachoeira do Sul	Arquivo Histórico do Município de Cachoeira do Sul
5	SC	Campos Novos	Arquivo Histórico Municipal Waldemar Rupp
6	SC	Canoinhas	Arquivo Histórico de Canoinhas
7	SC	Capivari de Baixo	Arquivo Público e Histórico de Capivari de Baixo
8	RS	Caxias do Sul	Arquivo Histórico Municipal João Spadari Adami
9	SC	Chapecó	Arquivo Público Municipal de Chapecó
10	SC	Criciúma	Arquivo Histórico de Criciúma

11	SC	Florianópolis	Arquivo Histórico do Município de Florianópolis – Professor Oswaldo Rodrigues Cabral
12	SC	Florianópolis	Arquivo Público do Estado de Santa Catarina
13	RS	Garibaldi	Museu Arquivo Histórico Municipal de Garibaldi
14	RS	Gravataí	Arquivo Histórico Municipal Antônio Soares da Fonseca (2)
15	SC	Ibirama	Arquivo Público Municipal de Ibirama
16	SC	Indaial	Arquivo Histórico Municipal Theobaldo Costa Jamundá
17	SC	Itaiópolis	Arquivo Público e Histórico Municipal de Itaiópolis
18	SC	Itajaí	Arquivo Público de Itajaí
19	SC	Jaraguá do Sul	Arquivo Histórico Eugênio Victor Schmöckel
20	SC	Joinville	Arquivo Histórico de Joinville
21	SC	Lages	Arquivo Histórico Museu Thiago de Castro
22	SC	Laguna	Arquivo Público Municipal Casa Candemil
23	SC	Nova Erechim	Arquivo da Prefeitura Municipal de Nova Erechim
24	RS	Novo Hamburgo	Arquivo Público Municipal de Novo Hamburgo
25	SC	Pinheiro Preto	Museu e Arquivo Histórico Pedro Lorenzoni
26	RS	Porto Alegre	Arquivo Histórico de Porto Alegre "Moysés Vellinho"
27	RS	Porto Alegre	Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul
28	RS	Porto Alegre	Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul (2)
29	SC	Porto União	Arquivo Público e Histórico do Município de Porto União (2)
30	RS	Restinga Seca	Arquivo Público Municipal de Restinga Seca
31	RS	Santa Maria	Arquivo Histórico Municipal de Santa Maria
32	SC	São Bento do Sul	Arquivo Histórico de São Bento do Sul
33	RS	São Francisco de Assis	Arquivo Público Municipal de São Francisco de Assis
34	RS	São José do Norte	Arquivo Público de São José do Norte
35	SC	Timbó	Arquivo Público Prof ^o Gelindo Sebastião Buzzi (2)

Fonte: Elaborado pelos autores.

Foram recebidas 16 respostas de profissionais do Rio Grande do Sul e 23 de Santa Catarina. Entre as respostas de Arquivos gaúchos, três foram de instituições Estaduais e 13 Municipais. Em Santa Catarina, obtivemos respostas de um Arquivo Estadual e 22 Municipais. Os resultados são apresentados a seguir.

4 RESULTADOS

O perfil profissional fundamenta-se nas seguintes características: gênero, faixa etária, área de formação, cargo, nível de escolaridade e capacitação.

4.1 Gênero e faixa etária

A identidade de gênero, diferente do sexo biológico, consiste em como o indivíduo se percebe diante do mundo. De acordo com os Princípios de Yogyakarta (2006, p. 7), a identidade de gênero “é uma experiência interna e individual do gênero de cada pessoa, que pode ou não corresponder ao sexo atribuído no nascimento, incluindo o senso pessoal do corpo [...] e outras expressões de gênero, inclusive vestimenta, modo de falar e maneirismos”.

Tendo em vista possibilitar a coleta e análise de informações relativas a outras identidades de gênero, foram dadas aos profissionais possibilidades de outras opções além do feminino e masculino.

Dos 39 respondentes, 27 são do gênero feminino e 12 do masculino, o que corresponde a 69% do total de mulheres e 31% de homens. Não houve indicação de outras identidades de gênero. Essa informação corrobora com os estudos realizados por Link (2009) e Souza (2011) que evidenciam que os profissionais do gênero feminino representam o maior percentual dos sócios da Associação dos Arquivistas do Estado do Rio Grande do Sul (AARGS) e daqueles que atuam no Brasil.

Para conhecer a faixa etária dos profissionais, foram considerados cinco grupos. Os resultados obtidos para essas duas características são apresentados a seguir:

Tabela 1 – Gênero e faixa etária.

Gênero	Faixa etária	Respostas	%
Feminino	Até 30 anos	3	8
	De 31 a 40 anos	8	21
	De 41 a 50 anos	9	23
	De 51 a 60 anos	7	18
	Acima de 60 anos	-	-
Masculino	Até 30 anos	1	3
	De 31 a 40 anos	6	15
	De 41 a 50 anos	2	5
	De 51 a 60 anos	3	8
	Acima de 60 anos	-	-
Total		39	100

Fonte: Elaborado pelos autores.

Não foram identificados profissionais com mais de 60 anos. O grupo entre 31 e 40 anos foi o mais expressivo, representando 36% do total. O grupo entre 41 e 50 anos soma 28%; aqueles com idade entre 51 e 60 anos, 26%; o grupo com até 30 anos, perfaz 11%.

A ausência de profissionais acima de 60 anos pode ser um reflexo da mudança do regime de previdência, institucionalizado através da Emenda Constitucional nº 103, de 12 de novembro de 2019, em que profissionais optaram pela aposentadoria respeitando o tempo de serviço e a idade de acordo com a legislação anterior (BÔAS, 2020).

Na pesquisa de Souza (2011), que analisou 452 profissionais da área no Brasil, os grupos mais expressivos identificados no estudo foram de profissionais com idades entre 20 e 29 anos e 30 e 39 anos, os resultados aqui apresentados estão relacionados à realidade diagnosticada há dez anos.

4.2 Formação e cargo

A profissão de um indivíduo está relacionada com o papel que ele desempenha dentro de uma organização e com sua formação. A formação em Arquivologia ocorre, em primeiro lugar, através da educação formal. Em segundo lugar, através da educação continuada em cursos de pós-graduação como especialização, mestrado e doutorado e de cursos de curta duração (MELO; OLIVEIRA; BUENO, 2020). Tendo em vista que nem sempre um profissional atua em cargo de acordo com sua profissão, apresentamos as áreas de formação identificadas pelos profissionais que atuam nos Arquivos Públicos:

Tabela 2 – Área de formação.

Área de Formação	Respostas	%
Arquivologia	13	33
História	10	26
Biblioteconomia	3	8
Direito	3	8
Administração	2	5
Letras	2	5
Pedagogia	2	5
Arquitetura e Urbanismo	1	3
Ciências Contábeis	1	3
Gestão Pública	1	3
Sistemas de Informação	1	3
Total	39	100

Fonte: Elaborado pelos autores.

A formação em Arquivologia foi a mais expressiva, com 13 respostas, ou 33% do total. Os graduados em História são dez, ou 26%. Os profissionais com formação em Biblioteconomia e Direito, representaram, respectivamente 8%. Segundo Souza (2011), a maior parte dos arquivistas do país atua em instituições públicas, dentre elas, Arquivos Públicos. Contudo, de acordo com Duarte (2007, p. 148) “[...] ainda não se reconhece, como deveria, a imprescindível presença desse profissional no desenvolvimento administrativo, sociopolítico e econômico das instituições e, sobretudo, da máquina administrativa do Estado”.

Doze dos 13 profissionais com formação em Arquivologia, apresentados na tabela anterior, ocupavam, na época da pesquisa, cargos de arquivistas nas instituições pesquisadas. Um profissional com graduação em Arquivologia desempenhava o cargo de técnico de arquivo. Um profissional graduado em Sistemas de Informação exercia o cargo de arquivista.

Entre os profissionais com graduação em Arquivologia, 11 atuam no Rio Grande do Sul e 2 em Santa Catarina. Na realidade, o Rio Grande do Sul tem 3 cursos de Arquivologia. Santa Catarina, apenas um, o que deve explicar esse resultado.

Recebemos respostas de 35 Arquivos Públicos, dos quais, 12 (ou 34,28%) tem no seu quadro funcional pelo menos um arquivista. Cabe destacar que esses profissionais são, de acordo com a legislação vigente, os habilitados para trabalhar nesses locais.

No que tange aos anos de formação, 16 profissionais se formaram entre 2010 e 2019, o que representa 41% do total. Na década de 2000 se formaram 14 profissionais, ou 36%. Quatro fizeram sua formação entre 1990 e 1999; três se graduaram entre 1980 e 1989; e dois terminaram o seu curso em 2020.

No caso dos arquivistas, cinco se formaram na década de 2010; outros cinco entre 2000 e 2009; dois no período entre 1990 e 1999 e um entre 1980 e 1989. Esses resultados parecem estar de acordo com o surgimento dos cursos de Arquivologia nesses estados. O da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) foi criado em 1977; o da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), em 1999; o da Universidade Federal do Rio Grande (FURG), em 2008; e o da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), em 2010.

Além dos arquivistas, os cargos com mais profissionais atuando na época da pesquisa foram: o de assistente em administração ocupado por quatro pessoas, seguido pelos de historiador e de bibliotecário com três profissionais cada.

O desenvolvimento de cursos de graduação em Arquivologia nesses Estados favoreceu a criação de associações profissionais como a Associação dos Arquivistas do Estado do Rio Grande do Sul (AARGS) e a Associação de Arquivistas do Estado de Santa Catarina (AAESC). Oliveira (2014, p. 23) destaca que:

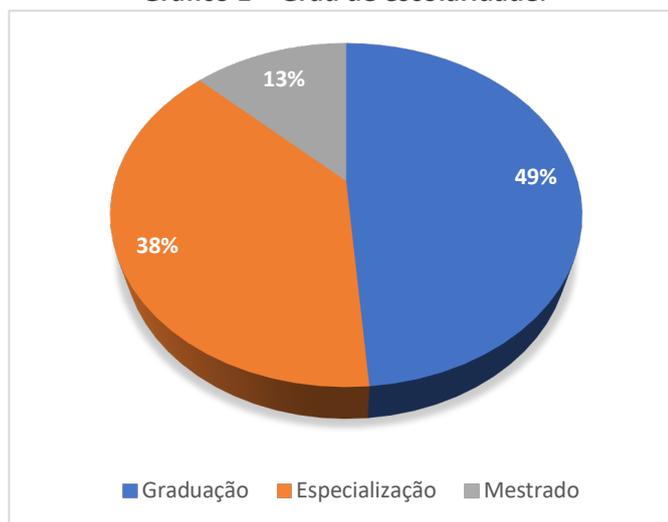
O principal objetivo dessas associações é reunir os profissionais da área e buscar defender os direitos classistas. Além disso, as associações realizam outras atividades, tais como, organização de eventos, cursos e promoção de venda de livros e periódicos.

Nesse sentido, a universidade possibilita o fortalecimento da área através da formação de profissionais capacitados para atuar no mundo de trabalho e propicia o desenvolvimento de associações que atuam na defesa da Arquivologia e de seus profissionais.

4.3 Escolaridade e capacitação

No Brasil, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Lei nº 9.394 de 1996) é responsável por estruturar a educação em âmbito nacional da seguinte forma: Educação Básica, responsável pela Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio. A Educação Superior abrange: graduação, pós-graduação, mestrado e doutorado (BRASIL, 1996). A formação dos profissionais de acordo com os níveis descritos é apresentada no gráfico a seguir:

Gráfico 1 – Grau de escolaridade.



Fonte: Elaborado pelos autores.

Todos os respondentes têm nível superior. Vinte fizeram um curso de pós-graduação, o que representa 51% do total. Desses, 15 fizeram uma especialização e cinco concluíram o mestrado. Nenhum dos respondentes tem doutorado. De acordo com Souza (2011), no âmbito nacional, a especialização é muito procurada entre arquivistas; alguns têm uma dupla graduação. Entretanto, poucos profissionais fazem doutorado, sendo reflexo do baixo número de cursos de pós-graduação. Segundo Lima e Pedrazzi (2015, p. 42):

[...] o arquivista não pode ser um profissional parado no tempo (estático), deve investir na formação continuada e no aperfeiçoamento como forma de melhorar suas habilidades, aprofundar sua formação e acompanhar o surgimento de novas tecnologias e soluções, o que, na área arquivística, ocorre constantemente. Assim, ao na formação continuada, o arquivista estará contribuindo com a produção e divulgação de novos conhecimentos advindos da pesquisa científica em benefício da arquivística.

Nesse sentido, esses profissionais devem capacitar-se continuamente. Nos Estados analisados existem quatro instituições que oferecem cursos de pós-graduação: a UFSC tem mestrado e doutorado em Ciência da Informação; a Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC), mestrado profissional em Gestão da Informação; a Universidade Federal de Pelotas (UFPel), mestrado em Memória Social. Finalmente, a UFRGS oferece mestrado em Ciência da Informação.

Uma formação em nível de graduação não é suficiente para atuar na sociedade da informação. Na realidade, os profissionais precisam especializar-se para atender as novas demandas. Se por um lado parte desses profissionais fez uma formação complementar, uma parcela significativa não se atualizou, como apresentado na tabela a seguir:

Tabela 3 – Ano da última capacitação realizada.

Ano	Respostas	%
2020	13	33
2019	7	18
2018	3	8
2016	1	3
2015	2	5
2014	2	5
2011	1	3
2010	1	3
Nunca realizou curso	9	23
Total	39	100

Fonte: Elaborado pelos autores.

Para atuar na sociedade da informação é necessário que os profissionais se atualizem constantemente. A facilidade de publicar e recuperar informação vem impulsionando o desenvolvimento de diversas áreas. Um exemplo desses avanços foi a produção de estudos sobre a SARS-CoV-2 (vírus causador da COVID-19). Pesquisas sobre esse assunto estão sendo produzidas e divulgadas em escala global, possibilitando a produção de vacinas para a prevenção da doença (STEVANIM, 2020). Desta forma, estar atualizado para atuar nessa sociedade deixa de ser uma possibilidade e passa a ser uma obrigação.

Dos profissionais investigados, 13 fizeram um curso de capacitação em 2020 e sete em 2019, o que representa 51% do total. Entretanto, 23% dos que responderam à pesquisa não fizeram nenhuma atualização. A formação continuada traz uma série de benefícios, segundo Melo, Oliveira e Bueno (2020, p. 6):

O aperfeiçoamento realizado através dos cursos de formação continuada

possibilita uma série de benefícios não só aos profissionais que realizam, mas para área da arquivística como um todo, aumentando o número de pesquisas científicas e consequentemente o aumento dos conhecimentos, da popularidade, assim como a visibilidade e reconhecimento profissional, gerando novos estudos e novas técnicas para atender ao mercado de trabalho. Pois, assim como o arquivista não pode se tornar um profissional parado no tempo, a área da arquivologia precisa cada vez mais se reinventar com novas pesquisas, novas técnicas e novas habilidades para não ficar parada no tempo também, tornando-se ultrapassada. Funciona como uma via de mão dupla.

No caso dos cursos de formação *lato sensu*, Melo, Oliveira e Bueno (2020), destacam a existência de dois no sul do Brasil, o de Gestão em Arquivos da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) e o de Arquivos Permanentes da Universidade Federal do Rio Grande (FURG). Além disso, existem dois cursos à distância ofertados a esses Estados, o de Gestão Eletrônica de Documentos e o de Arquivo: patrimônio histórico, artístico e cultural, ambos da Faculdade Unyleya.

Cabe ressaltar que a oferta de cursos de atualização e capacitação aumentou no último ano (NSC TOTAL, 2020; R7, 2020). Tendo em vista a importância de atualizar-se na sociedade da informação, a capacitação dos profissionais que atuam em Arquivos Públicos deveria ser uma prioridade.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As mudanças sociais, políticas e tecnológicas vêm exigindo o desenvolvimento de novos perfis profissionais, com enfoque em indivíduos com um maior conjunto de competências que sejam capazes de trabalhar em um mercado competitivo. É neste cenário que pessoas capazes de analisar criticamente as informações destacam-se.

Os profissionais que atuam em instituições públicas devem atualizar-se constantemente. Para além das atribuições regulamentadas pela Lei nº 6.546, de 4 de julho de 1978, destaca-se que a preservação da memória, a garantia do cumprimento da legislação, o combate a desinformação e a capacitação dos usuários também são atribuições fundamentais dos arquivistas.

Essa pesquisa buscou identificar o perfil dos profissionais que atuam nos Arquivos Públicos dos Estados do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina. Através dos dados coletados foi possível identificar o perfil-tipo desse grupo conforme informado a seguir:

- uma mulher;

- que tem entre 31 e 40 anos;
- exerce o cargo de arquivista;
- tem formação em Arquivologia ou História e pós-graduação;
- atualiza-se constantemente.

Nesse estudo foi possível verificar que nem todos os Arquivos Públicos pesquisados tem um arquivista em seu quadro funcional. Essa pesquisa pretendeu ressaltar a importância desse profissional nessas instituições, responsáveis por assegurar o funcionamento dessas unidades de informação e preservar o patrimônio documental público.

Em um momento histórico marcado pela desinformação é necessário que essas instituições reafirmem seu papel junto à sociedade. Esse trabalho não deve ser feito apenas pelos profissionais que atuam nessas instituições, mas por todos que integram esse sistema. É de responsabilidade dos Estados e Municípios a estruturação de seus Arquivos Públicos, a contratação e a qualificação de profissionais.

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, M. de S. **Elaboração de projeto, TCC, dissertação e tese**: uma abordagem simples, prática e objetiva. São Paulo: Atlas, 2018. 82 p.

ALMEIDA, S. S. de; DUARTE, E. N. Panorama da atuação do profissional arquivista. **Archeion Online**, João Pessoa, v. 5, n. 1, p.77-107, jan./jun., 2017. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/archeion/article/view/35867>. Acesso em: 11 ago. 2021.

ALVES, T. dos S.; CRIVELLARI, H. M. T. Panorama da dissertação a família ocupacional "arquivistas e museólogos": posicionamento na Classificação Brasileira de Ocupações e Perfil de Emprego. **Informação Arquivística**, Rio de Janeiro, v. 6, n. 2, p. 61-79, jul./dez., 2017. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/download/96363>. Acesso em: 13 ago. 2021.

BÔAS, B. V. Número de aposentados no Brasil cresce 19% em 7 anos e chega a 30,7 milhões. **Valor**, [s.l.], 2020. Disponível em: <https://valorinveste.globo.com/mercados/brasil-e-politica/noticia/2020/05/06/numero-de-aposentados-no-brasil-cresce-19percent-em-7-anos-e-chega-a-307-milhoes.ghtml>. Acesso em: 10 jun. 2021.

BRASIL. **nº Lei 6.546, de 4 de julho de 1978**. Dispõe sobre a regulamentação das profissões de Arquivista e de Técnico de Arquivo, e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da

República, 1978. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/1970-1979/L6546.htm. Acesso em: 10 jun. 2021.

BRASIL. **nº Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF: Presidência da República, 1996. Disponível em: [planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm). Acesso em: 10 jun. 2021.

BRASIL. **Medida Provisória nº 905, de 11 de novembro de 2019**. Institui o Contrato de Trabalho Verde e Amarelo, altera a legislação trabalhista, e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 2019. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/Mpv/mpv905.htm. Acesso em: 19 jul. 2021.

CASTELLS, M. **A sociedade em rede**. São Paulo: Paz e Terra, 2011.

CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS (Brasil). **Criação e desenvolvimento de Arquivos Públicos Municipais**: transparência e acesso à informação para o exercício da cidadania. Conselho Nacional de Arquivos. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2014. Disponível em: https://www.gov.br/conarq/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/Cartilha_criacao_arquivos_municipais.pdf. Acesso em: 10 ago. 2021.

CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS (Brasil). **O Arquivo Público Municipal**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2020. Disponível em: <https://www.gov.br/conarq/pt-br/assuntos/campanha-arquivos-municipais-publicos/o-arquivo-publico-municipal>. Acesso em: 11 ago. 2021.

CUNHA, M. V. da. O profissional da informação e o sistema das profissões: um olhar sobre competências. **PontodeAcesso**, Salvador, v. 3, n. 2, p. 94 -108, ago. 2009a. Disponível em: <https://portalseer.ufba.br/index.php/revistaici/article/view/3263>. Acesso em: 8 jun. 2021.

CUNHA, M. V. da. Quem é o profissional da informação? algumas reflexões. **International Conference on Information and Documentation Systems**, [s.l.], p. 15-21, 2009b. Disponível em: <http://ibersid.eu/ojs/index.php/ibersid/article/view/3717/3478>. Acesso em: 8 jun. 2021.

DUARTE, Z. Arquivo e arquivista: conceituação e perfil profissional. **Revista da Faculdade de Letras, Ciências e Técnicas do Património**, Porto, v. 5-6, n. 1, p. 141-151, 2007. Disponível em: <https://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/6624.pdf>. Acesso em: 13 ago. 2021.

GAGNON-ARGUIN, L. Os arquivos, os arquivistas e a arquivística. In: ROSSEAU, J. Y.; COUTURE, C. (Org.). **Os fundamentos da disciplina arquivística**. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1998. p. 29-60.

GUZMÁN, M. F.; ÁGUILA, Y. H.; OLIVEIRA, I. A. Las habilidades cognitivas en el profesional de la Información desde la perspectiva de proyectos y asociaciones internacionales. **Investigación Bibliotecológica**, México, v. 31, n. 71, p. 201-218, jan./abr., 2017. Disponível em: <http://rev-ib.unam.mx/ib/index.php/ib/article/view/57816>. Acesso em: 8 jun. 2021.

KERLINGER, F. N. **Metodologia da pesquisa em ciências sociais**: um tratamento conceitual. São Paulo: E.P.U., 2013.

LINK, J. Z. R. **O mercado de trabalho dos arquivistas sócios da Associação dos Arquivistas do RS (AARS)**. 2009. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Gestão em Arquivos) – Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2009. Disponível em: <https://repositorio.ufsm.br/handle/1/2455>. Acesso em: 10 ago. 2021.

LIMA, E. dos S.; PEDRAZZI, F. K. Formação, atuação, regulamentação e associativismo profissional do arquivista brasileiro. **Revista Sociais e Humanas**, Santa Maria, v. 28, n. 1, p. 27-45, jan./abr., 2015. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/sociaisehumanas/article/view/11279>. Acesso em: 18 jul. 2021.

MELO, K. I.; OLIVEIRA, T. S. de; BUENO, A. de A. G. Arquivista e a formação continuada: análise comparativa dos países de língua portuguesa e Espanha. **Revista ÁGORA**, Florianópolis, v. 30, n. 60, p. 5-26, jan./jun., 2020. Disponível em: <https://agora.emnuvens.com.br/ra/article/view/842>. Acesso em: 10 ago. 2021.

NSC TOTAL. **Busca por cursos EAD cresce no Brasil; entenda por que essa modalidade de ensino vem ganhando adeptos**. [S. l.], 1 jul. 2020. Disponível em: <https://www.nsctotal.com.br/noticias/busca-por-cursos-ead-cresce-no-brasil-entenda-por-que-essa-modalidade-de-ensino-vem>. Acesso em: 10 jun. 2021.

OLIVEIRA, F. H. de. **A formação em arquivologia nas universidades brasileiras**: objetivos comuns e realidades particulares. 2014. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Faculdade de Ciência da Informação, Universidade de Brasília, Brasília, DF, 2014. Disponível em: http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/17966/1/2014_FlaviaHelenadeOliveira.pdf. Acesso em: 16 jul. 2021.

PRINCÍPIOS DE YOGYAKARTA. **Princípios sobre a aplicação da legislação internacional de direitos humanos em relação à orientação sexual e identidade de gênero**. Joguejacarta: Centro Latino-Americano em Sexualidade e Direitos Humanos. 2006.

PRODANOV, C. C. FREITAS, E. C. de. **Metodologia do trabalho científico**: métodos e técnicas de pesquisa e do trabalho acadêmico. Nova Hamburgo: Universidade FEEVALE, 2013.

R7. **Aumenta em 70% procura por educação a distância, afirma Catho**. [S. l.], 2020. Disponível em: <https://noticias.r7.com/economia/aumenta-em-70-procura-por-educacao-a-distancia-afirma-catho-03062020>. Acesso em: 10 jun. 2021.

SANTOS, P. L. V. A. da C.; CARVALHO, A. M. G. de. Sociedade da Informação: avanços e retrocessos no acesso e no uso da informação. **Informação & Sociedade**, Paraíba, v. 19, n. 1, p. 45-55, jan./abr., 2009. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/index.php/ies/article/view/1782/2687>. Acesso em: 10 jun. 2021.

SOUZA, K. I. M. de. **Arquivista, visibilidade profissional**: formação, associativismo e mercado de trabalho. Brasília, DF: Starprint, 2011.

STEVANIM, L. F. Uma vacina para a humanidade: da expectativa à realidade, os esforços para chegar a uma vacina contra a covid-19 acessível à população. **Radis**, Rio de Janeiro, 2020. Disponível em: <https://radis.ensp.fiocruz.br/index.php/home/reportagem/uma-vacina-para-a-humanidade>. Acesso em: 10 jun. 2021.